



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

ISSN: 1807-0329

Universidade Estadual de Maringá

Severo, Francieli Katiúça Teixeira da Cruz; Giongo, Carmem Regina

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE OFICINAS COM ADOLESCENTES

Psicologia em Estudo, vol. 26, e42618, 2021

Universidade Estadual de Maringá

DOI: <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.42168>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287169836001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE OFICINAS COM ADOLESCENTES

Franciéli Katiúça Teixeira da Cruz Severo^{1; 2}, Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4077-2983>
Carmem Regina Giongo¹, Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7335-8511>

RESUMO. Diante das necessárias interfaces entre a psicologia e os direitos humanos, este estudo pretende relatar e analisar, reflexivamente, uma intervenção em educação em direitos humanos com adolescentes participantes de um projeto social de uma cidade situada na região metropolitana de Porto Alegre. O percurso metodológico escolhido para este estudo foi o relato de experiência de oficinas de educação em direitos humanos que ocorreram durante os meses de maio e junho de 2017. Os participantes foram 15 adolescentes de diferentes níveis de escolaridade, com idade média 13,9 anos, todos participantes de um projeto social. A experiência foi relatada em Diário de Campo e analisada pela metodologia da Análise temática de Minayo. Como resultado deste estudo, foram relatados os desafios e as contribuições da psicologia na construção de oficinas de educação em direitos humanos com adolescentes. Verificou-se a importância de construir as oficinas de educação em direitos humanos com o grupo, permitindo o compartilhamento e o reconhecimento da realidade dos participantes. Neste sentido, ressalta-se a importância de trabalhar esta temática com adolescentes, além da potência existente na contribuição da psicologia diante da articulação com os direitos humanos.

Palavras-chave: Direitos humanos; psicologia; adolescentes.

PSYCHOLOGY AND HUMAN RIGHTS: AN ACCOUNT OF EXPERIENCE WITH WORKSHOPS FOR ADOLESCENTS

ABSTRACT. Due to the needed interfaces between Psychology and Human Rights, this study intends to report and analyze, reflectively, an intervention in Human Rights Education with adolescents who took part in a social project of a city located in the metropolitan region of Porto Alegre. As the methodological path chosen for the study, an account of experience with Human Rights Education workshops that took place during the months of May and June of 2017. The participants were 15 adolescents of different educational levels, with a mean age of 13.9 years, all of whom participated in a social project. The experience was reported in a Field Journal and analyzed through Minayo's Thematic Analysis methodology. According to the study's, challenges and contributions of Psychology in the development of Human Rights Education workshops with adolescents were reported. The importance of building the Human Rights Education workshops with the group was noticed, which allows the sharing and recognition of the participants' reality. Thus, the importance of addressing this topic along with adolescents, as well as the power in the contribution of Psychology to the articulation with Human Rights are highlighted.

Keywords: Human rights; psychology; adolescents.

¹ Curso de Psicologia, Universidade Feevale, Novo Hamburgo-RS, Brasil.

² Email: francykto@hotmail.com



PSICOLOGÍA Y DERECHOS HUMANOS: UN RELATO DE EXPERIENCIA SOBRE TALLERES CON ADOLESCENTES

RESUMEN. Delante de las necesarias interfaces entre la Psicología y los Derechos Humanos, este estudio pretende relatar y analizar, reflexivamente, una intervención en Educación en Derechos Humanos con adolescentes participantes de um proyecto social de una ciudad situada en la región metropolitana de Porto Alegre. El recorrido metodológico escogido para este estudio fue el relato de experiencia de talleres de Educación en Derechos Humanos que acontecieron durante los meses de mayo y junio de 2017. Los participantes fueron 15 adolescentes de diferentes grados de escolaridad, com edad media 13,9 años, todos participantes de um proyecto social. La experiencia fue relatada em Diario de Campo y analizada a través de la metodología de la Análisis Temática de Minayo. Como resultado de este estudio, fueron relatados los desafíos y las contribuciones de la psicología en la construcción de talleres de Educación en Derechos Humanos con adolescentes. Se verifico la importancia de construir los talleres de Educación en Derechos Humanos com el grupo, permitiendo la compatibilidad y el reconocimiento de la realidad de los participantes. En este sentido, se resalta la importancia de trabajar esta temática con adolescentes, además de la potencia existente en la contribución de la psicología frente de la articulación com los Derechos Humanos.

Palabras clave: Derechos humanos; psicología; adolescentes.

Introdução

A psicologia como profissão necessita atentar cada vez mais para a sociedade brasileira, de maneira que a realidade econômica de desigualdade, violência, exclusão social e violações de direitos também seja objeto de estudo e de intervenção dos psicólogos (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005). Segundo relatório emitido pela Anistia Internacional (2016), o Brasil tem vivenciado um período de retrocessos no que tange aos direitos humanos, passando por um momento de perdas de importantes direitos conquistados. Conforme o documento, foram 60 mil homicídios registrados neste ano, sendo a maioria das vítimas jovens negros, do sexo masculino. Esse contexto de violações de direitos humanos implica problematizar o papel e a responsabilidade da psicologia diante da realidade de preconceito, desigualdades e violência, sob a qual essa parcela da população vive, diariamente. E, diante disso, destacam-se as resoluções do Código de Ética Profissional do Psicólogo: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CFP, 2005, p. 7).

Portanto, as próprias resoluções do código de ética orientam para a formação de psicólogos posicionados em defesa da dignidade humana, de oportunidades iguais e de relações sociais justas (Bernardi, 2010). Apesar disso, ao realizar uma busca por pesquisas científicas que relacionem os descritores ‘Psicologia and Direitos Humanos’, na base de dados BVSPSI (Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil) e, depois, utilizando os descritores separadamente nas bases Scielo (Scientific Electronic Library Online) e PePsic

(Periódicos Eletrônicos de Psicologia), observou-se uma drástica escassez de material publicado. Diante da escassez de estudos que relacionam o exercício da psicologia com os direitos humanos e da relevância social dessa temática, torna-se necessário o compartilhamento de práticas que aproximem direitos humanos e psicologia. Dessa maneira, este estudo trata-se de um relato de experiência com foco em uma intervenção realizada durante o estágio profissionalizante do curso de psicologia, que ocorreu em um projeto social.

Caminhos possíveis para tecer a prática e a teoria

A prática sobre a qual este estudo se incumbe de relatar trata-se de oficinas de educação em direitos humanos, as quais ocorreram durante os meses de maio a junho de 2017, com um total de cinco encontros semanais. Segundo os autores Spink, Menegon e Medrado (2014), durante as oficinas, o material é gerado para análise, ao mesmo tempo em que é criado um espaço de trocas simbólicas, as quais potencializam a discussão em grupo em relação à temática proposta. As oficinas foram oferecidas em um ginásio de esportes localizado em um dos bairros (núcleos) da cidade, sendo realizadas em um anexo do próprio ginásio onde ocorrem as aulas do projeto social.

O projeto social, no qual foi realizado este estágio profissionalizante, possui como objetivo principal oportunizar a inclusão social e promover a cidadania de crianças e adolescentes de escolas públicas, através do viés esportivo. As aulas do projeto social ocorrem duas vezes por semana, em dias alternados, sendo que cada núcleo contempla cinco turmas distribuídas por idade, tendo em média 20 alunos por turma. Além disso, o projeto referido está distribuído por núcleos, contemplando cinco bairros de periferias de uma das cidades da região metropolitana de Porto Alegre. Desta forma, os participantes foram 15 adolescentes de diferentes graus de formação escolar, com idades entre 13 a 18 anos (média de 13,9), todos integrantes do projeto social, sendo que o convite para participar de atividade estendeu-se aos adolescentes de apenas um dos núcleos escolhidos.

Como instrumento metodológico foi utilizado o diário de campo, a fim de “[...] retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões e as decisões na condução das oficinas” (Araújo et al., 2013, p. 54). Em relação aos aspectos éticos destaca-se que o presente estudo passou pela avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Feevale, recebendo a devida aprovação para a execução, expressa no parecer sob o n. 2.340.904.

Encontros e desencontros das oficinas de educação em direitos humanos: relatos de uma experiência

Em seu estudo sobre a autoanálise de um grupo, Barembliitt (1996) descreve que as intervenções nas comunidades e nas organizações são realizadas a partir de um trabalho em conjunto, em uma relação de horizontalidade com o grupo, a qual deve ocorrer em um movimento paralelo em que a compreensão do que se deseja mudar, falar, ou não, é elaborada no próprio seio heterogêneo do coletivo interessado. O estudo de Barembliitt (1996) revela o impasse inicial das minhas intervenções com os adolescentes, sobre as minhas angústias acerca do meu papel naquele grupo e de como ele iria acontecer na prática, conforme este relato: “O primeiro momento do grupo foi um pouco tenso, senti medo

dos alunos não terem interesse no assunto, ou então não participarem” (Diário de Campo, 2017).

Nos momentos iniciais, as incertezas sobre a adesão da proposta se tornaram as principais preocupações. Entretanto, esquecemos que, afinal, quem realmente deve aderir à proposta, somos nós. Para realizar um grupo com adolescentes é necessário permitir se reinventar, possuir certa flexibilidade, se munir de materiais, estudar assuntos variados, dominar as técnicas e, ao mesmo tempo, reconhecer que se tudo ocorrer como o esperado, seremos apenas os coadjuvantes e não os atores principais. Coordenar um grupo é oscilar de lugar, é permitir ser redirecionado e entender que o vínculo se constrói nesta troca de papéis. É ter o *feeling* de observar que o grupo que ‘dá certo’ é aquele que se movimenta pelos questionamentos, que não se finda com respostas prontas, mas que está sempre aberto a novas construções.

No entanto, como menciona Pichón-Rivière (1998), para que exista um grupo, não basta um conjunto de pessoas com um objetivo comum, é preciso que os participantes façam parte de uma estrutura dinâmica denominada vínculo. Dessa forma, apesar de já estarmos inseridas naquele contexto a alguns meses, o vínculo com os participantes foi se construindo aos poucos. Assim, o primeiro encontro, que ocorreu no dia 15 de maio de 2017, foi, sobretudo, um momento de aproximação do grupo, de conversa sobre a proposta e de decisão sobre os temas a serem trabalhados. Neste primeiro encontro, os participantes falaram sobre suas expectativas e, principalmente, sobre seus questionamentos em relação ao tema. Nesse momento de implicação mútua com a temática, começamos finalmente a nos tornar um grupo. Os participantes nos falaram que não entendiam bem o que eram os direitos humanos, expliquei que iríamos construir isso todos juntos.

No dia 29 de maio, ocorreu o segundo encontro com grupo. Apesar de estarmos em uma quantidade pequena de pessoas, em decorrência da chuva e mau tempo, os participantes estavam envolvidos nas tarefas propostas. Nesse encontro, trabalhamos com um vídeo e reportagens de jornais e internet, conforme sugerido pelos mesmos, no encontro anterior. Aos poucos, o meu o papel no grupo foi se tornando apenas o de oferecer subsídios que propiciassem a participação dos envolvidos em todas as etapas, assegurando o cumprimento dos objetivos propostos por eles (Toledo & Jacobi, 2013). Assim, levei um telão e um projetor, com a intenção de assistirmos a um vídeo sobre direitos humanos.

O vídeo proposto contextualizou, de forma breve, a história dos direitos humanos e os principais direitos estabelecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. A introdução do assunto, através do vídeo, despertou a curiosidade e a aproximação dos participantes com a temática, além de possibilitar que o grupo reconhecesse diversos tipos de violações de direitos. Dessa forma, os participantes comentaram sobre as violações que ocorrem no mundo, como as guerras na Síria e sobre as crianças que passam fome em outros países, como na África. Os exemplos que os participantes trouxeram para o debate se referiam, na maioria das vezes, às violações que ocorriam distantes da realidade em que se encontravam, como se não conseguissem reconhecer o que se passava no seu próprio contexto. Martín-Baró (1996) refere essa característica muito recorrente nas populações latino-americanas, definindo-a como uma condição de alienação social. Segundo o autor, esta condição mantém as maiorias populares desumanizadas, alienadas em sua consciência e bloqueadas do desenvolvimento de sua identidade histórica, respondendo a uma posição de inércia perante suas realidades.

Diante disso, aproveitei a discussão que havia se estabelecido no grupo e entreguei algumas reportagens e alguns artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os

quais eu havia levado para aprofundar a discussão. As reportagens tinham como manchete violações que estavam ocorrendo em nossa região, como casos de violência de gênero, violência a refugiados e migrantes, bem como casos de trabalho análogo ao escravo, crianças sem escola e desnutridas. Eles colaram as reportagens ao lado dos artigos da Declaração dos Direitos Humanos, na tentativa de reconhecer quais direitos estavam sendo violados.

Ademais, esta atividade permitiu que os participantes refletissem acerca da sua própria realidade e, aos poucos, o grupo passou a fazer sua própria autoanálise, tornando-se protagonistas de seus próprios problemas, demandas e enunciando um vocabulário próprio que lhes permitia mostrar o saber acerca de sua própria vida (Barembly, 1996). Ao visualizarem os casos que estavam acontecendo na região, reconheceram situações que ocorreram com seus amigos, vizinhos e familiares. A cada encontro, eu compreendia um pouco mais sobre a realidade do grupo e juntos vivenciávamos momentos de aprendizagem coletiva, gerando ensinamentos a todos os envolvidos. Desta maneira, fui percebendo que a minha principal preocupação deveria ser a garantia da participação de todos no processo de tomada de decisão sobre os assuntos que lhes interessavam. Afinal, os grupos não se tratavam simplesmente de um espaço para consulta popular, mas um momento para o envolvimento dos sujeitos no processo de reflexão, análise da realidade, produção do conhecimento e de enfrentamento dos problemas (Toledo & Jacobi, 2013).

No dia 5 de junho de 2017, ocorreu o terceiro encontro com o grupo, sendo que os participantes compartilharam muitas situações que ocorriam no ambiente escolar e familiar, falaram sobre preconceito de gênero, racial, entre outros. Além disso, eles queriam entender porque as pessoas não os respeitam, mesmo sabendo que existem os direitos humanos. As violações que os participantes comentaram aconteciam na escola e em todos os níveis hierárquicos, inclusive entre eles.

Os participantes passaram a compreender sobre os direitos que possuíam e a questionar a forma com que eram tratados nos seus contextos. Comentaram que, por entenderem mais sobre os direitos, poderiam falar tudo que quisessem, pois possuíam 'liberdade de expressão'. Observei que o grupo se posicionava como se fossem somente os violados, e nunca cogitavam a possibilidade de também exercerem a violação, mesmo que estivessem desrespeitando o outro. Neste momento, tornou-se necessária a reflexão sobre o que são deveres, refletindo que todo direito está atrelado a um dever e que, ao tempo que um direito se cumpre (ou se viola), um dever também está sendo cumprido (ou violado).

Diante deste cenário de dúvidas e incômodos, eu procurava propor ao grupo uma dinâmica que permitisse gerar mais reflexões, que sugerisse repensar as ações de cada participante, seja no contexto do grupo ou nos outros locais onde se inseriam. Apesar disso, pensar nas atividades que seriam propostas não era algo simples, para cada encontro que o grupo vivenciava era necessário "[...] prever uma dinâmica tendo-se presente a experiência de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo" (Candau, 1999, p. 18).

Portanto, analisando o momento que o grupo vivenciava, percebi a necessidade de refletir sobre a garantia dos direitos do outro e não somente os direitos no âmbito individualista. Neste sentido, foi preciso refletir com o grupo a seguinte questão: se reconhecer enquanto um cidadão de direitos também implica reconhecer o outro como um cidadão de direitos. E foi assim que surgiu a dinâmica que foi nomeada pelo grupo como a 'Dinâmica da Empatia', que foi proposta, pelo frequente relato de situações de violação (como preconceito e violência) realizadas pelos próprios integrantes do grupo, no ambiente escolar, além de incluir a responsabilidade de cada um na promoção dos direitos. Nesta

atividade, denominada de 'Dinâmica da Empatia', pedimos para que todos sentassem em círculo e cada integrante deveria escrever, em um papel, algo que desejasse que o colega da direita apresentasse para todos do grupo (por exemplo: cantar uma música, dançar, imitar algo). Assim que todos concluíssem a sua escrita, revelamos ao grupo que, na verdade, quem deveria fazer a ação seria a própria pessoa que escreveu.

Ao finalizarmos, os participantes reagiram da seguinte forma: "Foi muito legal, mostra que não devemos fazer para o outro o que não queremos para nós. Como as piadas né, se as pessoas querem ficar com meninas ou meninos, o que os outros têm a ver com isso?" (Diário de Campo, 2017). E outro participante complementou:

Empatia é a gente se colocar no lugar do outro, né! Se todo mundo fizesse isso o mundo seria tão bom. Poxa! É só cuidar da sua vida. Por que tem que ficar encrencando se a pessoa tem outra cor, ou gosta de meninos e meninas e tal?! (Diário de Campo, 2017).

O ambiente de confiança que foi se estabelecendo no decorrer dos encontros permitiu que os participantes passassem a trazer para o grupo de forma mais acentuada, situações de violações no contexto escolar, como violência entre professores e alunos. O grupo sempre acabava se tornando um espaço para compartilhamento de situações que ocorriam na escola. Aos poucos, percebemos o quanto as relações entre colegas e professores eram importantes para eles.

Diante disso, observa-se que a escola se tornou a principal instituição socializadora dos jovens, sendo um dos únicos lugares onde os adolescentes têm a possibilidade de interagir como iguais em direitos, ou seja, um local de contínua convivência coletiva (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013). A escola tornou-se o principal cenário trazido pelos participantes, sendo o local onde os adolescentes passavam a maior parte do seu tempo e onde constituíam as relações de amizades, depositando também seus sonhos e suas frustrações.

Logo, interessava-me conhecer a realidade daqueles jovens e, principalmente, que o grupo falasse da realidade deles. Porém, ao mesmo tempo em que eles contavam suas vivências, eu me questionava o que poderia ser feito, e como essa realidade poderia mudar. Eu e minha colega não tínhamos todas as respostas e soluções como os participantes esperavam e, por vezes, isso me deixava inconformada. Eu me confrontei com minha própria realidade, percebi o quanto eu aprendi a caminhar guiada por modelos, por discursos/práticas 'competentes' como se eu pudesse ser a detentora de todas as 'verdades' (Coimbra, 2000), eu queria dar soluções para cada situação revelada. E naquele momento, eu não falei de uma forma neutra, mas implicada com a força da possível intervenção que advém dos movimentos sociais organizados, da importância do coletivo e dos grêmios estudantis nas escolas.

Contudo, oferecer um espaço para construir oficinas de educação em direitos humanos trata-se de vivenciar constantes desafios. Os desafios emergem tanto pela amplitude do tema direitos humanos, o que exige conhecimento sobre os diversos eixos de discussões, quanto pela possibilidade de os envolvidos repensarem suas atitudes e, principalmente, por se perceberem em situações de violações. Para Martín-Baró (1996), este processo de conscientização da própria realidade deve ser o horizonte primordial da psicologia, pois a conscientização permite que as pessoas passem a possuir um novo saber sobre sua realidade e sobre sua identidade social. Segundo o autor, é necessário que as pessoas assumam seu destino, reconheçam suas próprias vidas e passem a "[...] atingir um saber crítico sobre si mesmas, sobre seu mundo e sua inserção neste mundo [...]", assim como descubram o potencial de transformação que elas possuem sobre a sua própria

realidade (Martín-Baró, 1996, p. 17). Nesse sentido, Rêses e Costa (2015) relembram que direitos humanos também se tratam de uma política pública em que o grau de participação popular influencia diretamente na visibilidade e na eficácia do seu cumprimento. Desta maneira, a importância da participação popular na defesa dos direitos se reafirma pela prevalência de alguns atravessamentos paradoxais e uma baixa percepção sobre direitos humanos, o que ainda interfere diretamente na força que os direitos humanos possuem como instrumento que afirme, oriente e expresse os anseios dos setores populares (Carbonari, 2012)

Foi neste contexto que ocorreu o nosso quarto encontro, no dia 12 de junho de 2017. Esse encontro tornou-se um espaço para o exercício vivo da cidadania e de promoção dos direitos humanos, configurando-se em um espaço, novamente, de denúncia e planejamento de ações. Para Candau (1999), as oficinas atuam como uma estratégia metodológica privilegiada, pois se tornam um espaço de construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências e, principalmente, do próprio exercício concreto dos direitos humanos. Desta forma, iniciamos o encontro questionando como os participantes estavam e como haviam passado a semana anterior, assim, logo surgiram novas demandas para trabalhar com o grupo:

A participante comentou que sua professora estava reclamando do seu salário e do desrespeito dos alunos e, neste momento, ela fez uma sugestão para a professora: “Sora, então por que não ocupamos a escola, podemos ajudar os professores nas greves, lutando pelos direitos?” (Diário de Campo, 2017).

A adolescente trouxe para o grupo, com tristeza, o descaso e o desrespeito da professora diante da sua colocação. A fala da participante revelou uma série de violações que foram comentadas pelos demais participantes do grupo. Desta maneira, apesar de termos organizado duas atividades para este encontro, esta discussão durou quase todo o horário disponível. Esta situação remete a importância de ter flexibilidade quando se trabalha com grupos. Afinal, nem sempre as atividades saíam como eu havia planejado e, nem por isso, significa que o encontro não surtiu efeitos. Percebi que era necessário acompanhar as demandas do grupo. É preciso observar o grupo e principalmente sentir o que os participantes desejam em cada encontro, sendo necessário planejar e, ao mesmo tempo, saber abrir mão de roteiros fechados. Bottoni e Raupp (2014) mencionam, em seu relato de experiência de uma intervenção em um serviço público de saúde mental, a importância de manter a horizontalidade com o coletivo, não chegando com um saber pronto sobre o que o grupo precisa.

Assim, durante os últimos minutos, sugerimos trabalhar com cartazes. Na dinâmica com o cartaz, pedimos que os participantes escrevessem, em um lado, as violações de direitos que eles identificavam no seu dia a dia e, do outro lado, algumas ações que pudessem ser feitas diante das violações que eles haviam identificado. Esta atividade ofereceu aos participantes um espaço para colocar suas próprias criações no que diz respeito às ações que poderiam ser realizadas no contexto onde vivem.

Desta forma, as oficinas contribuíram tanto para o reconhecimento da realidade do lugar onde viviam, a partir do qual constroem sua visão de mundo, como estimulou a inserção dos mesmos na sociedade, como agentes de transformação. Afinal, a educação em direitos humanos visa formar uma consciência cidadã, desenvolver a participação e construção coletiva, busca o fortalecimento de vínculos dos sujeitos para que possam gerir ações de promoção e defesa de direitos humanos (Bock, 2014). Conforme este caso que os participantes trouxeram

Lá na escola tem uma menina que é negra e tem vitiligo e as pessoas debocham dela. Eu não entendo isso. Eu acho ela linda, sempre falo pra ela. Acho que as pessoas têm inveja dela porque ela é colorida, e queriam ter duas cores como ela tem. Ela é tão linda que parece que foi pintada, é uma boneca. Acho que uma ação é o respeito. Acho que precisamos conversar com os outros sobre o preconceito (Diário de Campo, 2017).

Por conseguinte, chegava o momento de finalizar os encontros e, no dia 19 de junho de 2017, ocorreu o quinto e último encontro com o grupo. Para o desfecho, realizamos uma breve conversa com os alunos sobre o surgimento da escola, falando sobre os movimentos que lutaram pela educação pública, sobre a importância que eles têm na garantia da educação e aplicamos os últimos questionários. “No final deste grupo, eu saí do ginásio com sentimentos parecidos com o que iniciei. Sai do ginásio com a certeza que este trabalho valeu a pena, mas que ainda existe muito a ser feito” (Diário de Campo, 2017).

Dessa maneira, encerrei este grupo com muitos questionamentos e reflexões. Percebi que apesar das oficinas atingirem seu propósito de promoção de uma educação em direitos humanos, por meio das temáticas abordadas, espaços de discussões, reflexões, e exercício da cidadania, não existe uma fórmula para fazer dar certo. Assim, aprendi a questionar o que é um ‘grupo que dá certo’. Aprendi a me despir de padrões, e que ninguém sabe mais da sua realidade do que o próprio sujeito nela inserido. Aprendi, junto com o grupo, a permanecer aberta a potência do instituinte (Baremblytt, 1996).

À guisa da conclusão

Este estudo contribuiu para reflexão das práticas da psicologia como uma profissão comprometida socialmente e atuante nas políticas públicas. Percebeu-se, por este debate, a necessidade de desenvolver o conceito de direitos humanos entre os psicólogos, professores e profissionais de outras áreas, sendo preciso oferecer visibilidade aos trabalhos e experiências de formação que incluam as interfaces entre psicologia e direitos humanos (Bock, 2014). Notou-se que é necessária a construção de uma psicologia que considere a “[...] importância e a potência da participação cidadã na construção de condições democráticas de existência” (Silva & Carvalhães, 2016, p. 251). Para além disso, que é preciso olhar para o ‘fazer da psicologia’, para os jovens, para as comunidades, para tudo aquilo que é humano, no sentido de vivenciar, reafirmar e promover os direitos e os diversos modos de existir. É preciso permitir reinventar-se, movimentar-se por onde houver vida, tentando torná-la, pouco a pouco, mais digna.

Referências

- Anistia Internacional. (2016). *Informe 2015/2016: o estado dos direitos humanos no mundo*. Recuperado de: <https://anistia.org.br/direitos-humanos/informes-anuais/informe-anual-20152016-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>
- Araújo, L. F. S., Dolina, J. V., Petean, E., Musquim, C. A., Bellato, R., & Lucietto, G. C. (2013). Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, 15(3), 53-61. doi: <https://doi.org/10.21722/rbps.v15i3.6326>
- Baremblytt, G. (1996). *Compêndio de análise institucional*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos.

- Bernardi, C. M. C. N. (2010). A formação em psicologia: ética, diretrizes curriculares e direitos humanos. *Anais do 4º Simpósio Internacional e 7º Fórum Nacional de Educação* (p. 20-37). Torres, RS.
- Bock, A. M. B. (2014). Educação, direitos humanos e compromisso social: interlocuções com a formação do professor de psicologia. *Psicologia Ensino e Formação*, 5(1), 101-114.
- Bottoni, F. D., & Raupp, L. M. (2014). Experimentações em um CAPS infantil: embalos, criações, intensidades. *Psicologia em Revista*, 20(1), 78-95.
- Candau, V. M. (1999). Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf
- Carbonari, P. C. (2012). Direitos humanos no Brasil: a promessa é a certeza de que a luta precisa continuar. In Movimento Nacional de Direitos Humanos. *Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas*. Passo Fundo, RS: IFIBE. p. 21-35.
- Coimbra, C. M. B. (2000). Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 139-148.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Brasília, DF.
- Diário de Campo. (2017). [Diário de campo escrito durante Oficinas de Educação em Direitos Humanos]. Dados brutos de estudo.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Pichón-Rivière, E. (1998). *Teoria do vínculo*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Rêses, E. S., & Costa, D. R. (2015). A política pública de educação em direitos humanos e formação de professores. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*, 2(2), 84-104. Recuperado de: http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/danubia_pp_edh_fp.pdf
- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. (2013). *Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais*. Brasília, DF. Recuperado de: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12a-conferencia-nacional-de-direitos-humanos/educacao-em-direitos-humanos/caderno-de-educacao-em-direitos-humanos-diretrizes-nacionais>
- Silva, R. B., & Carvalhães, F. F. (2016). Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256.
- Spink, M. J., Menegon, V. M., & Medrado, B. (2014). Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético políticas. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 32-43.
- Toledo, R. F., & Jacobi, P. R. (2013). Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento

de problemas. *Educação & Sociedade*, 34(122), 155-173. doi:
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000100009>

Recebido em 27/04/2018

Aceito em 30/08/2019